

MINUTA DE ATA DO 1º WORKSHOP SOBRE O PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA LITORÂNEA – PODER PÚBLICO

Aos 15 dias de agosto de 2018, às 10h00min, na Sala de Reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, iniciou-se o 1º Workshop sobre o Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea, destinado ao Poder Público, reunindo os seguintes representantes: Ivair B. Colombes, da Prefeitura de Guaraqueçaba; Anderson Marlon Grasel e Sérgio Paulo Zanetti, da Prefeitura de Guaratuba; Bruno M. Franceschini e Clivor Negochadle, da Prefeitura de Matinhos; Airton Tomazi, da Prefeitura de Morretes; Átila Shiroma, da Prefeitura de Paranaguá; Ricardo Aguiar, da Prefeitura de Pontal do Paraná; Simone Tanus, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA); Priscila Cavalcante, do Ministério Público do Paraná (MPPR); Felipe Melo Rezende, Rodrigo F. Torres, Rogério J. Florenzano Jr. e Virginia Talbot, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Enéas Souza Machado, Everton L. C. Souza, Karollyne de Abreu Ternoski e Tatiana A. Sakagami, do Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ); Andréia Schypula, Bruna Tozzi, Camila de C. A. de Bitencourt, e Rodolpho Ramina, da consultora COBRAPE e Arlineu Ribas, do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea (CBHL) e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/PR). O presidente do CBHL, engº Arlineu Ribas, deu as boas vindas a todos (**item 1**), apresentando a pauta do dia:

1. Abertura;
2. Apresentação dos participantes;
3. Apresentação do andamento da elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea (PBHL), pela consultora COBRAPE:
 - a. O que é um Plano de Bacia;
 - b. Balanço hídrico e cenários;
 - c. Propostas de enquadramento.
4. Discussões;
5. Encerramento.

Em seguida, o engº Enéas, do AGUASPARANÁ, tomou a lista de presença e fez a apresentação dos participantes (**item 2**). Passou-se, então, a palavra à consultora para apresentação sobre o PBHL (**item 3**). A engª Bruna, coordenadora técnica do projeto, abordou os seguintes aspectos: definição e arcabouço legal de um Plano de Bacia; status de andamento do PBHL; aditivo de prazo para continuidade do trabalho; listagem de produtos entregues e aprovados pela Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTINS) e Comitê; demandas e disponibilidades hídricas e balanços hídricos. A promotora Priscila, do MPPR, questionou se a consultora havia estimado o custo de captação para os municípios. A engª Bruna, da COBRAPE, esclareceu que isso não estava previsto no escopo do Plano da Bacia, e sim, era um tema dos Planos de Saneamento Municipais. O engº Rodolpho Ramina, da COBRAPE, explanou sobre os cenários, abordando: cenários como um estudo prospectivo e ferramenta de apoio para implementação efetiva dos instrumentos de gestão (outorga, enquadramento, cobrança, recomendações), e tomadas de decisões; quais alternativas de cenários foram estudadas, considerando diversas variáveis, mas baseando os cenários no crescimento populacional, visto que a maior demanda de recursos hídricos advinha do abastecimento público; vazões de referência adotadas e suas implicações; tipos de cenários aplicados na Bacia Litorânea (tendências e alternativos); e especificidades da região, como população flutuante. Enfatizou o papel e responsabilidade deliberativa do Comitê frente a tais informações e ressaltou certos pontos da demanda relacionada ao crescimento populacional, a exemplo dos empreendimentos portuários: portos em si não seriam consumidores de água, mas a população atraída por eles, sim, e isso estava sendo considerado nos estudos apresentados pela consultora. Por fim, encerrou sua fala, dizendo que a) em termos quantitativos, a bacia apresentava recursos hídricos suficientes para

58 atender todos os cenários estudados; b) em termos qualitativos, não havia
59 novidade alguma nos cenários, pois todos eles apontavam para um
60 agravamento de situações já críticas e em lugares recorrentes, devido à
61 fragilidade do sistema de gestão de recursos hídricos, como um todo em diluir
62 efluentes na vazão de referência $Q_{95\%}$. Para tratar do enquadramento, a eng^a
63 Camila, da COBRAPE, assumiu a palavra. Os principais tópicos apresentados
64 foram: aspectos legais do enquadramento; usos preponderantes; diretrizes do
65 enquadramento adotadas na Bacia Litorânea (BHL); caracterização da
66 qualidade da água; hidrografia selecionada revisada e dividida em trechos;
67 identificação dos principais usos e fontes de poluição na bacia; estimativas de
68 cargas de DBO; proposta de enquadramento e programa de efetivação.
69 Destacou a importância do Comitê para deliberar questões sobre: o
70 lançamento de efluentes, pois isso não fica claro na Resolução CONAMA
71 357/05; as vazões de referência e seleção de parâmetros para a proposta de
72 enquadramento. Ressaltou que o uso preponderante é que estabeleceria a
73 classe do rio, e não o contrário. Ao final de sua apresentação, frisou que, no
74 geral, a água apresentava boa qualidade, devido à BHL abranger muitas
75 Unidades de Conservação, porém, apesar disso, em locais já críticos, como
76 Paranaguá, Matinhos e Guaratuba, haveria agravamento da baixa qualidade da
77 água, devido à baixa declividade e problema de diluição das cargas poluidoras,
78 sobretudo. Abriu-se a sessão para questionamentos (**item 4**). O Sr. Ivair
79 Colombes, da Prefeitura de Guaraqueçaba, comentou que, em relação aos
80 lançamentos de efluentes domésticos na baía, seu município apresentava 95%
81 de cobertura de rede; alertou aos colegas a respeito do problema de
82 assoreamento que estava afetando a pesca e os manguezais da região,
83 expondo os impactos decorrentes da não-pavimentação de estradas de
84 Guaraqueçaba. Colocou-se à disposição para acompanhar trabalhos de campo
85 e fornecer qualquer informação solicitada. O eng^o Enéas, do AGUASPARANÁ,
86 comentou a respeito das áreas indígenas: uma delas, oficialmente reconhecida,
87 por decreto federal; e duas outras, ainda não oficialmente reconhecidas, que
88 poderiam ou não ser enquadradas em classe 1, sendo objeto de discussão da
89 próxima reunião da CTINS. Questionou se o enquadramento era único ou se
90 levava em consideração os dois horizontes, de 2025 e 2035, como o plano de
91 efetivação. A eng^a Bruna, da COBRAPE, esclareceu que o enquadramento
92 também estava baseado em duas etapas, 2025 e 2035, lembrando que não se
93 discutiriam obras, mas sim, custos e metas. O Sr. Rodrigo, do ICMBio,
94 apresentou três dúvidas. A primeira era se as simulações para Matinhos,
95 haviam considerado as retiradas irregulares de área populosa do município,
96 que abrangia dois ou três bairros, estes não ligados à rede da SANEPAR. Por
97 outro lado, expôs também que era sabido que tal companhia estava ampliando
98 sua rede na região. A eng^a Bruna, da COBRAPE, esclareceu que o Plano de
99 Bacia tinha como premissa o estudo a partir de dados secundários e, dessa
100 forma, estava se utilizando o Cadastro de Outorgas do AGUASPARANÁ. O Sr.
101 Rodrigo, do ICMBio, retorquiu, dizendo que a SANEPAR já apresentava projeto
102 de ampliação da rede para aquela área, o que acarretaria aumento da
103 demanda de água. O eng^o Ramina, da COBRAPE, justificou que, mesmo se
104 tendo usuários com usos não-outorgados, se a Sanepar estava ampliando sua
105 rede, provavelmente ela já teria outorgas concedidas para isso e, portanto, tal
106 informação estava já sendo contemplada no estudo da consultora. O segundo
107 ponto destacado por Ramina foi que os dados sobre população haviam sido
108 cobertos pelo censo e, assim, a demanda, o balanço e os cenários já estariam
109 contemplando a variável populacional (com ou sem outorga e com ou sem
110 ligação à rede da concessionária), pois o censo fora consultado para isso. A
111 segunda dúvida do Sr. Rodrigo, do ICMBio, relacionava-se à seleção de
112 parâmetros de monitoramento: se a consultora havia estimado o custo de
113 tratamento e monitoramento de metais pesados na água, nos cenários, além
114 da DBO. O eng^o Enéas, do AGUASPARANÁ, respondeu que havia distinção

115 entre o enquadramento e a rede de monitoramento, pois aquele havia sido feito
116 com base na DBO, como mais usual no país todo; em relação ao
117 monitoramento, que era já realizado pelo AGUASPARANÁ e o IAP, havendo
118 uma lista de parâmetros abrangente, incluindo os metais. A eng^a Camila, da
119 COBRAPE, complementou, dizendo que, de fato, nos cenários, só se utilizara a
120 DBO, como previsto no Termo de Referência, mas na avaliação de dados
121 existentes, não havia sido encontrado nenhum resultado problemático, dentre
122 as estações que apresentaram dados. Apontou ainda que no produto sobre
123 rede de monitoramento, a consultora recomendava a expansão dos pontos da
124 rede, bem como periodicidade e parâmetros. A terceira dúvida do Sr. Rodrigo,
125 do ICMBio, dizia respeito à escala da rede hidrográfica utilizada nos estudos e
126 qual a fonte da informação. A eng^a Camila, da COBRAPE, esclareceu que se
127 utilizou da base oficial, a fornecida pelo AGUASPARANÁ, na escala 1:50.000.
128 O geólogo Everton, do AGUASPARANÁ, recordou da motivação e intenção do
129 workshop, salientando a transparência no processo de elaboração do PBHL e
130 convidou a todos para participarem das reuniões da CTINS e CBHL, lembrando
131 que estes eram, fundamentalmente, espaços abertos a qualquer interessado
132 para discussão. O eng^o Enéas, do AGUASPARANÁ, reiterou o convite a todos,
133 principalmente aos Municípios, para a próxima reunião da CTINS, prevista para
134 o dia 29 de agosto, na qual continuaria a ser debatido o enquadramento e suas
135 implicações. Não havendo comentários adicionais dos participantes, às
136 11h30min, o presidente do CBHL, Arlineu Ribas, agradeceu a vinda de todos e
137 encerrou a reunião (**item 5**) de que se tratou a presente ata.

138

139

140

141 **Arlineu Ribas**

142 Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

143

144 **Enéas Souza Machado**

145 Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea